

## **O livro da Geografia e o ensino da Geografia Urbana: Uma análise a partir da Escola Classe 25 Ceilândia – DF**

*The Geography book and the teaching of Urban Geography: An analysis from the Escola Classe 25 Ceilândia – DF*

Thiago Henrique Lemos Rodrigues  
Cláudia Pinheiro Nascimento Silva

### **Resumo**

Esse artigo tem como objetivo analisar o ensino da Geografia Urbana nas escolas públicas do Distrito Federal, a partir do livro didático *Convergências Geografia*, utilizado para o ensino fundamental II da rede pública do Distrito Federal, sendo uma obra desenvolvida pela editora Edições SM e da autora Valquíria Pires Garcia, tendo os documentos legais, as Diretrizes Curriculares Nacionais, O Parâmetro Curricular Nacional (1998) e a Base Nacional Comum Curricular como base para a análise do ensino da Geografia e como o mesmo tem se materializado nos livros didáticos. A escolha do livro didático para a análise da forma como a Geografia Urbana tem sido abordada, ocorreu pelo fato deste ser um dos principais recursos didáticos da atualidade, o seu uso é considerado um suporte de grande importância para as aulas de Geografia, entretanto, não deve ser a única fonte de informação, fazendo necessário que o professor busque outros recursos ou materiais didáticos para subsidiar a produção do conhecimento.

**Palavras-Chave:** Livro didático, Geografia Urbana, Escolas Públicas do DF

### **INTRODUÇÃO**

Segundo Santos (2000), vivemos em um mundo cheio de conflitos provenientes da atual fase da expansão capitalista no globo, várias são as discussões sobre esse processo em que vivenciamos na atualidade.

Atualmente, o processo de ensino da Geografia tem passado por transformações que levam em conta a percepção e vivência dos alunos, no que se refere a geografia, a didática realizada pelos professores, os conteúdos e os livros didáticos. Sabe-se que o livro didático está intimamente ligado ao processo de ensino, sendo que em muitos casos, ele é o orientador das aulas de Geografia, usado muitas vezes como o único instrumento didático no processo. As preocupações de como são abordados os conteúdos no livro didático não são recentes, vários estudos relatam problemáticas relacionados a abordagem dos conteúdos apresentados (GALVÃO, 2005 apud OLIVEIRA, 2014).

Dentro dessa problemática, surge a “pergunta problema” desta pesquisa: Como o ensino da geografia urbana é trabalhado nos livros didáticos das escolas públicas do DF com foco na Escola Classe 25 da Ceilândia?

Esta pesquisa será qualitativa e exploratória, utilizando a metodologia de revisão bibliográfica, que primeiramente busca compreender como o ensino da geografia vem sendo aplicado nas escolas públicas do DF, e como o livro didático auxilia o professor nesta missão de ensino e aprendizagem, analisando todos os aspectos legais do ensino da Geografia Urbana a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), verificando os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a abordagem do ensino da Geografia Urbana.

Este artigo está estruturado em três capítulos, o primeiro trata sobre o ensino da Geografia na atualidade, o segundo sobre a abordagem do ensino da Geografia a partir dos documentos legais e o último trata-se da análise do livro didático convergências Geográficas.

## **O HISTÓRICO DO ENSINO DA GEOGRAFIA**

O ensino da Geografia teve início no Brasil ainda no século XIX, no Colégio Pedro II (Rio de Janeiro), seu principal objetivo era instruir a camada da Elite Brasileira que pretendia seguir a carreira política e demais áreas afins. Em 1900, o ensino foi incorporado no currículo por quase todo o país. (FREITAS, 2020).

Nesse momento, tinha como característica a disseminação de ideias, com intuito de saber sobre os aspectos naturais regionais e a pretensão de despertar um sentimento de patriotismos, afirmando sua soberania dentro de seu território e delimitando suas fronteiras. (FREITAS, 2020).

Segundo Cavalcanti (1998, p. 18), “a introdução da disciplina no referido momento histórico teve como objetivo a formação de cidadãos a partir da difusão da ideologia do nacionalismo patriótico”.

No ano de 1934, a disciplina de geografia chegou pela primeira vez nas universidades, principalmente na Universidade de São Paulo, influenciado pela escola francesa. Os docentes tinham tendências tradicionais, abordagens que aconteciam não só pela estrutura curricular, mas também, pelas práticas pedagógicas apresentadas pelos professores, tendiam para uma abordagem mecânica, onde tinha como foco a memorização e a reprodução do conteúdo abordado. (FREITAS, 2020).

Yves Lacoste publicou a sua obra Geografia do Subdesenvolvimento em 1966, a partir desse fato, as primeiras ideias oriundas da Geografia crítica começaram a surgir no Brasil. Na década de 70, período da qual o Brasil vivenciou a censura da ditadura militar, às disciplinas de Geografia e História foram unificadas, originando a denominada disciplina Estudos Sociais. Essa foi a iniciativa do Governo Militar para tentar coibir o surgimento de movimentos apoiados na ideia de que as disciplinas figuravam como uma ameaça política. (FREITAS, 2020).

No final da década de 70, no ano de 1978, o geógrafo brasileiro, Milton Santos, lançou a sua obra Por uma Geografia Nova, este trabalho despertava a importância da discussão e realização de estudos sobre as relações sociais e seus problemas. A disciplina que antes era vista por uma perspectiva tradicional, agora começa a ter questionamentos. (FREITAS, 2020).

Somente nas décadas finais do século XX, em pleno processo de redemocratização do país, surge um movimento de renovação da Geografia, encontros e debates foram organizados e alguns também realizados pela Associação de Geógrafos do Brasil (AGB), que auxiliaram no movimento de renovação do ensino da Geografia. Faz então, uma nova abordagem que rompe com a então Geografia tradicional e surge a Geografia crítica, apoiados em uma nova abordagem que apresentava uma nova compreensão do espaço. (FREITAS, 2020).

Então, em 1998, com o lançamento dos objetivos da Geografia, afirmando que os professores necessitam conhecer e compreender as relações entre a sociedade e a dinâmica da natureza e suas paisagens, se afirmou a necessidade de uma mudança na metodologia e abordagem da Geografia escolar. (FREITAS, 2020).

## *O ensino da Geografia na atualidade*

Na atualidade, dois tipos de profissionais de ensino da Geografia são encontrados dentro das escolas. O primeiro recorre a metodologia tradicional como prática pedagógica conservadora, utilizando a memorização e a reprodução de algumas abordagens que não levam em conta a realidade do aluno, fazendo com que a aula se torne maçante e pouco produtiva. O segundo profissional utiliza a metodologia inovadora, levando em conta a realidade do aluno e buscando não apenas recursos técnicos, mas instruindo para a construção de uma visão crítica e analítica da realidade ao seu redor.

Decerto, ambos esperam alunos motivados e interessados na disciplina, porém, muitas vezes se frustram por não serem correspondidos, faltando a sensibilidade de conseguir e observar os processos que interferem na ação cognitiva dos alunos. Fato observado por Libâneo (2009 apud CAVALCANTI, 2010, p. 01), “em outra perspectiva, quando se trata de motivação, é importante compreender, por um lado, que é papel do professor orientar, direcionar e intervir nos motivos dos alunos, realizando a mediação didática”. Para isso, não é necessário somente selecionar de forma criteriosa os assuntos que serão abordados, mas também apresentar de forma clara e objetiva a relevância dos assuntos.

Um grande atrativo da disciplina de Geografia é que ela auxilia na compreensão da espacialidade contemporânea. Com o processo de globalização, tem-se a possibilidade de abordar diversos temas com o auxílio de recursos pedagógicos que apontam para uma melhor compreensão. Assuntos abordados em relação a vivência do aluno acendem a possibilidade de uma discussão mais aprofundada, com a intenção de atrelar em algum momento ao conteúdo pré-estabelecido inicialmente.

Cavalcanti (2010) aponta esses avanços nas práticas pedagógico-didáticas:

Pelos estudos realizados, percebe-se que muitos professores estão comprometidos com um projeto de formação: têm convicção da importância da Geografia escolar para essa formação e expectativa de que seu trabalho contribua para mudar a vida dos seus alunos. Por outro lado, eles têm consciência dos limites de seu trabalho. Superar esses limites depende de uma série de fatores, entre os quais se destaca a condição de trabalho e de formação. Com efeito, a observação sistemática do cotidiano da escola revela limites desse espaço como formador do profissional, não se constituindo em lugar de estudo, de reflexão. O espaço escolar, ao contrário, impõe um trabalho em ritmo acelerado, fragmentado, sem reflexão, sem integração entre os docentes, o que dificulta a experiência da inovação, mas certamente não a impossibilita. (CAVALCANTI, 2010, p. 13).

O processo de globalização vem sendo apontado como uma das principais características da contemporaneidade. Um processo complexo, do qual grande parte dos países participam, e pode-se notar uma interdependência entre as escalas, nas quais os fatos e fenômenos espaciais ocorrem e se comunicam, levando experiências simultâneas e incentivando a população a se concentrarem em territórios urbanos, globais e globalizados, causando padronização no estilo de vida, mas também acentuando a diversidade cultural.

Diante desta realidade, a Geografia dedica-se a produção de conhecimentos mais abertos, articulados e integrados aos diversos campos científicos, agregando

interpretações menos racionais aos fatos e fenômenos vivenciados. A ciência geográfica busca a compreensão da espacialidade e dos fenômenos, tomando o espaço geográfico como principal categoria de análise e produto histórico social, além de outras também consideradas elementares, como: lugar, território e paisagem.

Para compreender a especialidade, resultado das práticas sociais, a Geografia vem produzindo diversos estudos no contexto brasileiro e em diferentes linhas de investigação, desde a sua institucionalização (nas primeiras décadas do século XX) até o presente momento, seguindo uma corrente teórica denominada Geografia crítica. A essa altura, podemos questionar se os professores vêm acompanhando as contribuições da Geografia, pautando seu trabalho na construção de referências conceituadas mediadoras do pensamento geográfico atual.

### *O ensino da Geografia Urbana*

A Geografia Urbana compreende a área da Geografia humana que estuda o meio urbano, as cidades, sua formação, origem, desenvolvimento e entorno, analisando todos os aspectos que os permeiam: história, características e os processos de desenvolvimento entre outros. Enquanto a Geografia Humana estuda sobre a ótica das relações do homem com o meio em que ele vive, suas ações sobre o uso e transformações do espaço. A Geografia Urbana está incumbida de estudar o crescimento da população, organização dos territórios dentro da cidade, os centros Industriais, o comportamento dos espaços internos e o desenvolvimento, se ele é igualitário ou não.

Esta parte da Geografia também se relaciona com outras correntes de pesquisa geográfica, como: Geografia dos Transportes, População e Econômica. Além de envolver áreas de conhecimento de Planejamento Urbano, Demografia, Arquitetura, Cartografia, entre outras. Entre seus principais conceitos, existem dois que precisam ser compreendidos corretamente: Cidade e Meio Urbano, essas que muitas vezes são usadas como sinônimas e apresentam suas diferenças.

Para uma análise mais profunda, é necessário definir o conceito base para o espaço urbano. Para Corrêa (1995, p. 07), entende-se que, “este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano”. Em seguida, Corrêa (1995) reflete sobre a dialética de análise do assunto, afirmando que o espaço urbano é fragmentado e articulado.

Na perspectiva de Carlos (2007), o espaço urbano é dinâmico e volátil.

O espaço urbano como produto social, em constante processo de reprodução, nos obriga a pensar na ação humana enquanto obra continuada, ação reprodutora que se refere aos usos do espaço onde tempos se sucedem e se justapõe montando um mosaico que lhe dá forma e impõe características a cada momento. (CARLOS, 2007, p. 56).

Nestas circunstâncias, o espaço urbano penetra no meio escolar, sendo que o principal objetivo do ensino da Geografia é a compreensão do espaço geográfico em sua totalidade. Sendo assim, não se pode excluir a temática urbana, visto a sua importância para a análise.

Nestas Diretrizes Curriculares, o objeto de estudo da Geografia é o espaço geográfico, entendido como o espaço produzido e apropriado pela sociedade

(LEFEBVRE, 1974), composto pela inter-relação entre sistemas de objetos – naturais, culturais e técnicos – e sistemas de ações – relações sociais, culturais, políticas e econômicas (SANTOS, 1996). (SEEP, 2008, p. 51).

Desta forma, é importante se ter uma análise crítica do espaço urbano no ensino de Geografia na educação básica. Salientando o espaço urbano como área do contraditório e das amplitudes sociais, onde o sistema de produção vigente se impõe. Assim, compreende-se a temática em um contexto histórico, considerando as mudanças no crescimento das cidades, partindo de suas origens à suas transformações e ao rápido crescimento pós Segunda Guerra Mundial, passando pela situação caótica e a periferização moderna.

O espaço Urbano é complexo e merece uma análise sistematizada para uma clara interpretação no ambiente escolar. Neste sentido, o ensino da Geografia não pode fracassar em sua temática e tão pouco ser trabalhado de forma repetitiva, pois pode desencadear um processo de formação de uma sociedade alienada.

A utilização de conteúdos e práxis que contemplam a totalidade e a complexidade do contexto de espaço urbano, leva ao ensino da Geografia e sua contemplação total formando alunos e cidadãos conscientes e críticos.

## **A ABORDAGEM DO ENSINO DA GEOGRAFIA A PARTIR DOS DOCUMENTOS LEGAIS**

As mudanças política-educacionais ocorridas no Brasil a partir de 1990, referidas à reforma curricular, tiveram como destaque a produção de documentos curriculares que serviram como base para as reformas em andamento. Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem em um documento orientador para o planejamento de ensino de diversas disciplinas nas escolas. A geografia está situada na quarta parte do documento, respectivamente em Ciência Humanas e suas Tecnologias. (BRASIL, 2018).

Verificando os Parâmetros Curriculares do Ensino Médio (2018), na área de Ciências Humanas (Geografia, História, Sociologia e Filosofia), no que se refere à disciplina de Geografia, é possível observar o discurso sobre a importância de conseguir uma interdisciplinaridade entre os conteúdos ensinados. Esse discurso é apoiado pela existência de certa dificuldade de se relacionar com os diferentes conteúdos, desta forma, é necessário enfatizar o diálogo e o intercâmbio entre as mesmas, promovendo uma integração curricular.

Os PCN's (1998) trazem um questionamento sobre a contribuição do conhecimento geográfico para a integral formação do aluno. De acordo com o documento, no ensino fundamental, o papel da Geografia é alfabetizar o aluno, especialmente em suas múltiplas escalas e configurações, atribuindo-lhe suficiente capacitação para manipular noções de paisagem, espaço, natureza, Estado e sociedade. Já no ensino médio, o aluno deve construir competências que permitam uma análise do real, apontando às causas e efeitos, a intensidade, heterogeneidade e o contexto espacial dos fenômenos que configuram cada sociedade. A discriminação que aqui se faz é que não se deve entender o ensino médio como uma simples continuação do ensino fundamental. O ensino médio é o momento de ampliação das possibilidades de um conhecimento fundamentado e mediado pela escola, onde irá conduzir à autonomia necessária para o cidadão.

Sendo assim, a Geografia contribui para a formação, possibilitando ao aluno o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre os acontecimentos mundiais, e a sua relação com a configuração do espaço geográfico, reconhecendo as contradições e os conflitos econômicos, sociais e culturais, que permite comparar e avaliar a qualidade de vida, hábitos e formas de utilização de recursos e pessoas, em busca do respeito das diversidades e uma organização social mais justa.

O ensino sobre urbanização e a cidade tem como objetivo central a construção do conhecimento a respeito das categorias de análise, de paisagem, urbano e rural, compreendendo como se sintetizam nos múltiplos espaços geográficos. Posteriormente, é preciso que o aluno entenda os fenômenos naturais e sociais que ocorrem nos meios urbano e rural, os conceitos, suas diferenças, as formas de trabalho e as modificações ocorridas.

O aluno deve desenvolver a capacidade de identificar a paisagem natural e artificial, compreendendo a relação que ela possui com o lugar. Dentro desta perspectiva que se figuram os objetivos do ensino de Geografia, espera-se que ao final do segundo ciclo os alunos sejam capazes de:

- reconhecer e comparar o papel da sociedade e da natureza na construção de diferentes paisagens urbanas e rurais brasileiras;
- reconhecer semelhanças e diferenças entre os modos de vida das cidades e do campo, relativas ao trabalho, às construções e moradias, aos hábitos cotidianos, às expressões de lazer e de cultura;
- reconhecer, no lugar no qual se encontram inseridos, as relações existentes entre o mundo urbano e o mundo rural, bem como as relações que sua coletividade estabelece com coletividades de outros lugares e regiões, focando tanto o presente e como o passado;
- conhecer e compreender algumas das consequências das transformações da natureza causadas pelas ações humanas, presentes na paisagem local e em paisagens urbanas e rurais;
- reconhecer o papel das tecnologias, da informação, da comunicação e dos transportes na configuração de paisagens urbanas e rurais e na estruturação da vida em sociedade; [...]. (BRASIL, 1997, p. 95-96).

No ensino dos conteúdos de Geografia Urbana, tende-se a levar em conta a paisagem e o lugar, fazendo com que o aluno compreenda a realidade em que está inserido.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia (1998), os professores devem desenvolver práticas pedagógicas que permitam colocar aos alunos as diferentes situações de vivência com os lugares. O professor deve ensinar Geografia de forma mais aprofundada, já que os alunos podem construir compreensões e explicações mais complexas. O avanço do conhecimento científico proporciona uma percepção mais assertiva para a análise do espaço Geográfico, o aluno deve ser capaz de compreender as relações entre campo e cidade e suas causas e efeito, bem como, o processo de industrialização e urbanização.

Neste contexto, o professor deve utilizar uma metodologia que proporciona uma compreensão das abstrações teóricas sobre o que é globalização e a rede urbana, além de facilitar o entendimento sobre as relações que vem se definindo entre diferentes cidades do mundo. O professor também deve trazer para o cotidiano do aluno discursões sobre questões de qualidade de vida, tais como: a moradia, os transportes, a qualidade da água, do ar, a ocupação das áreas de risco e a destruição

de mananciais. Ainda no meio urbano, é possível discutir o planejamento urbano por meio das áreas de conservação e proteção de recursos, tais como: parques, áreas verdes e espaços livres urbanos.

Analisando o Currículo em Movimento do Distrito Federal (2018), é possível observar o reforço do papel da Geografia como ferramenta de compreensão do espaço, considerando a realidade do aluno para uma adequação no planejamento didático. O professor deve considerar outros espaços além da sala de aula para que ocorra a aprendizagem, a fim de oportunizar ao estudante um conhecimento de sua realidade, para assim agir de forma consciente e crítica em seu espaço de vivência.

Nos anos finais, os alunos têm a oportunidade de ampliarem seus conhecimentos sobre o uso do espaço em diversas situações geográficas, desenvolvendo a análise em diferentes escalas e buscando entender espacialmente os fatos, fenômenos e suas conexões. Na medida em que os temas e conceitos fundamentais vão se aprofundando, também é exigido uma intelectualização mais elaborada por parte dos alunos na compreensão e interpretação da realidade, conforme as proposições sugeridas nos objetivos de aprendizagem.

Ensinar e aprender Geografia insere-se na perspectiva de compreensão do espaço geográfico como elemento e fruto de transformações sociais, políticas e tecnológicas, que impulsionam tais modificações. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe a leitura do mundo com base nas aprendizagens em Geografia, afirmando a necessidade de um pensamento embasado na interdisciplinaridade. (BRASIL, 2018).

Para fazer a leitura do mundo em que vivem, com base nas aprendizagens em Geografia, os alunos precisam ser estimulados a pensar espacialmente, desenvolvendo o raciocínio geográfico. O pensamento espacial está associado ao desenvolvimento intelectual que integra conhecimentos não somente da Geografia, mas também de outras áreas (como Matemática, Ciência, Arte e Literatura). Essa interação visa à resolução de problemas que envolvem mudanças de escala, orientação e direção de objetos localizados na superfície terrestre, efeitos de distância, relações hierárquicas, tendências à centralização e à dispersão, efeitos da proximidade e vizinhança etc (BRASIL, 2018, p.359).

A BNCC (2018) denomina este processo de raciocínio geográfico compreendendo uma maneira de exercitar o pensamento espacial, aplicado a determinados princípios voltados para compreender aspectos fundamentais da realidade: a localização e a distribuição dos fatos e fenômenos na superfície terrestre, o ordenamento territorial, as conexões existentes entre componentes físico-naturais e as ações antrópicas. Os princípios do raciocínio geográfico são:

- 1) Analogia - que compreende a capacidade de comparação e identificação dos fenômenos geográficos;
- 2) Conexão - referente a interação dos fenômenos geográficos próximos e longe;
- 3) Diferenciação - que compreende a variação dos fenômenos nas diferentes partes da superfície terrestre;
- 4) Distribuição - que exprime como os objetos se repartem no espaço;
- 5) Extensão - espaço finito e contínuo delimitado pela ocorrência do fenômeno geográfico;

- 6) Localização - posição particular de um objeto na superfície terrestre;
- 7) Ordem - refere-se ao modo de estruturação do espaço de acordo com as regras que da própria sociedade que a construiu. (BRASIL, 2018).

De acordo com a BNCC (2018), o ensino da Geografia deve estimular a capacidade de empregar o raciocínio geográfico para pensar e resolver problemas gerados na vida cotidiana. Para isso, é preciso superar a aprendizagem com base apenas na descrição de informações e fatos do dia a dia, cujo significado restringe-se apenas ao contexto imediato da vida dos sujeitos. A ultrapassagem dessa condição meramente descritiva exige o domínio de conceitos e generalizações. Estes permitem novas formas de ver o mundo e de compreender, de maneira ampla e crítica, as múltiplas relações que conformam a realidade, de acordo com o aprendizado do conhecimento da ciência geográfica.

O componente curricular da Geografia, de acordo com a BNCC (2018) para o ensino Fundamental I e II, apresenta seus objetivos tendo como referência as cinco dimensões formadoras: 1) o sujeito e o mundo; 2) o lugar e o mundo; 3) as linguagens e o mundo; 4) as responsabilidades e o mundo e; 5) natureza, ambientes e qualidade de vida. Os objetivos são organizados em todos os anos do ensino fundamental e médio a partir dessas dimensões.

Quadro 01 – Componentes do Ensino de Geografia para o Ensino Fundamental segundo a BNCC

Unidade Temática	Objetivos do Ensino Fundamental I	Objetivos do Ensino Fundamental II
<p><b>O sujeito e seu lugar no mundo</b></p> <p>Noções de pertencimento e de identidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliar as experiências das crianças com o espaço e o tempo, por meio de jogos e brincadeiras, proporcionando aprofundamento do conhecimento dos estudantes sobre si mesmos e sua comunidade.</li> <li>- Permitir que as crianças percebam e compreendam a dinâmica de suas relações sociais e étnico-raciais, identificando-se com a sua comunidade e respeitando os diferentes contextos socioculturais.</li> <li>- Estimular o desenvolvimento das relações espaciais topológicas, projetivas e euclidianas, além do raciocínio geográfico, importantes para o processo de alfabetização cartográfica e a aprendizagem com as várias linguagens (formas de representação e pensamento espacial).</li> <li>- Possibilitar que os estudantes construam sua identidade relacionando-se com o outro (sentido de alteridade);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Expandir o olhar para a relação do sujeito com contextos mais amplos, considerando temas políticos, econômicos e culturais do Brasil e do mundo.</li> <li>- Permitir que o estudante valorize sua individualidade e, ao mesmo tempo, Geografia possa se situar como cidadão ativo, democrático e solidário. Que se entenda como produto de uma sociedade localizada em determinado tempo e espaço, mas também produtor dessa mesma sociedade.</li> </ul>

	valorizem suas memórias e marcas do passado vivenciadas em diferentes lugares; e, à medida que se alfabetizam, ampliem a sua compreensão de mundo.	
<p><b>Conexões e escala</b></p> <p>Articulação de diferentes espaços e escalas de análise e de relações existentes entre os níveis local e global.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estimular os estudantes a compreenderem e estabelecerem interações entre sociedade e meio físico natural.</li> <li>- Conduzir os alunos a estabelecerem a articulação de diferentes espaços e escalas de análise, relações existentes entre os níveis local e global (entre sua vida familiar, seus grupos e espaços de convivência e as interações espaciais mais complexas, por exemplo).</li> <li>- Promover a análise do que ocorre entre quaisquer elementos que constituem um conjunto na superfície terrestre (como os arranjos das paisagens, a localização e a distribuição de diferentes fenômenos e objetos).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Expandir o olhar para a relação do sujeito com contextos mais amplos, considerando temas políticos, econômicos e culturais do Brasil e do cenário internacional.</li> <li>- Permitir que o estudante valorize sua individualidade e, ao mesmo tempo, possa situar-se como cidadão ativo, democrático e solidário. Que se entenda como</li> </ul>
<p><b>Mundo do trabalho</b></p> <p>Reflexão sobre atividades e funções 10 Geografia socioeconômicas e o impacto das novas tecnologias.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Levar os estudantes a uma reflexão sobre processos e técnicas construtivas e o uso de diferentes materiais produzidos pelas sociedades em diversos tempos.</li> <li>- Proporcionar uma análise das características de inúmeras atividades e suas funções socioeconômicas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliar o olhar do aluno sobre o processo de produção do espaço agrário e industrial, em sua relação entre campo e cidade, destacando-se as alterações provocadas pelas novas tecnologias.</li> <li>- Estimular a reflexão sobre o impacto dessas mudanças nas relações de trabalho, na geração e na distribuição de renda.</li> <li>- Conduzir os estudantes no processo de compreensão das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, em relação aos variados tempos, escalas e processos históricos, sociais e étnico-raciais envolvidos.</li> <li>- Possibilitar o desenvolvimento das habilidades de ler, comparar e elaborar diversos tipos de mapas temáticos, assim como as mais diferentes representações utilizadas como ferramentas da análise espacial.</li> <li>- É importante que os estudantes usem esse recurso como suporte</li> </ul>

		para fazer uso do raciocínio geográfico e não como um fim em si mesmo (o mapa pelo mapa).
<p><b>Formas de representação e pensamento espacial.</b></p> <p>Ampliação gradativa da concepção do que é um mapa e de outras formas de representação gráfica, aprendizagens que envolvem o raciocínio <b>geográfico</b>.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conduzir os estudantes, por meio do exercício da localização geográfica, a desenvolver o pensamento espacial, que gradativamente passa a envolver outros princípios metodológicos do raciocínio geográfico, como os de localização, extensão, correlação, diferenciação e analogia espacial.</li> <li>- Proporcionar a alfabetização cartográfica, iniciando com o domínio da leitura e elaboração de mapas e gráficos.</li> <li>- Ampliar as linguagens no estudo do componente, apresentando aos alunos fotografias, desenhos, imagens de satélites etc.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Possibilitar aos estudantes o desenvolvimento das habilidades de ler, comparar e elaborar diversos tipos de mapas temáticos, assim como as mais diferentes representações utilizadas como ferramentas da análise espacial.</li> <li>- É importante que os estudantes usem esse recurso como suporte para fazer uso do raciocínio geográfico e não como um fim em si mesmo (o mapa pelo mapa).</li> </ul>
<p><b>Natureza, ambientes e qualidade de vida</b></p> <p>Articulação da geografia física e da geografia humana, destacando a discussão dos processos físico-naturais do planeta Terra.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver, nos estudantes, as noções relativas à percepção do meio físico natural e de seus recursos.</li> <li>- Possibilitar que os estudantes reconheçam que as diferentes comunidades transformam a natureza, tanto em relação às inúmeras possibilidades de uso quanto aos impactos socioambientais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Levar os estudantes a estabelecerem relações mais elaboradas, conjugando natureza, ambiente e atividades antrópicas em distintas escalas e dimensões socioeconômicas e políticas. Permitir que os alunos conheçam os fundamentos naturais do planeta e as transformações impostas pelas atividades humanas na dinâmica físico-natural, inclusive no contexto urbano e rural.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora a partir da BNCC (2018).

## ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO: CONVERGÊNCIAS GEOGRAFIA

O livro *Convergências Geografia* é utilizado no ensino fundamental II para as turmas do 7º ano da rede pública do Distrito Federal. O livro é desenvolvido pela editora Edições SM e tem como autora Valquíria Pires Garcia, professora do ensino fundamental na rede municipal de Londrina e Doutoranda em Geografia - Área de Concentração em Dinâmica Espaço Ambiental, pela Universidade Estadual de Londrina.

Neste artigo, trataremos o capítulo dez, que tem como título: O espaço Urbano Brasileiro, no qual encontra-se dividido em dois módulos: o primeiro é dividido em dois subtítulos – O passado agrário do Brasil e Industrialização e urbanização no Brasil; o segundo módulo é dividido em dois subtítulos – A urbanização e a formação das metrópoles e O processo de urbanização e os problemas urbanos, vale ressaltar que o livro trata desse tema apenas nesse capítulo.

No segundo módulo, partindo de Henri Lefebvre, a autora utiliza a metodologia de Geografia Urbana, onde associa o processo de urbanização ao surgimento das indústrias, teoria aceita para o processo de urbanização do sudeste do país, mas que não é uma teoria que se enquadre para as demais regiões brasileiras.

Esta condição demonstra em parte a fragilidade dos livros didáticos em tratar da realidade das diferentes regiões do Brasil, sendo que temos diferentes realidades urbanas.

O conceito de espaço abordado no livro considera o desenvolvido a partir da Geografia Crítica. A autora privilegia pela análise do espaço construído pelo homem, além de todas as relações sociais que se estabelecem e que são responsáveis pela formação do mesmo.

Em relação a caracterização, o capítulo possui imagens e quadros explicativos, além de resumos, com linguagem condizente para alunos do 7º ano, proporcionando um entendimento satisfatório. Em síntese, é tratado como se deu o processo de industrialização e urbanização brasileira, utilizando a análise da formação das regiões metropolitanas e os problemas urbanos para inserção do aluno no conteúdo.

O capítulo se inicia com uma breve caracterização do espaço urbano brasileiro e enfatiza a sua diversidade, trazendo imagens de cidades de três regiões brasileiras: Centro-oeste, Nordeste e Sul. Na página seguinte, é exposto em sequência na forma de subtítulo: O passado agrário do Brasil, onde a autora descreve como ocorreu a urbanização do país no início do século XIX. O Brasil havia se emancipado de Portugal após séculos de exploração e práticas mercantilistas, possuía uma economia essencialmente agrária e população predominante rural, contava também com pequenas cidades, entre elas Salvador e Rio de Janeiro, e várias vilas, como São Paulo e Recife. Vale ressaltar que a abordagem da autora indica tratados estabelecidos entre Portugal e Inglaterra, que de certa forma retardaram o processo de industrialização e urbanização do país.

Este processo abordado pela autora do início da urbanização brasileira associadas ao processo de implantação das colônias no Brasil trata a urbanização de forma errônea, pois as cidades que aparecem neste momento não surgem urbanas, eles são criados com alguma função, seja política, religiosa ou de entreposto comercial. O processo de urbanização só vai acontecer com a implantação das indústrias.

No segundo subtítulo, denominado como: Industrialização e urbanização no Brasil, a autora expõe a aceleração e transformação socioeconômica causada pelo processo de urbanização e industrialização. A transformação ocorrida pela influência dos centros industriais e a mudança da população do campo para a cidade é retratada em forma de gráfico, ilustrando a abrupta mudança de concentração populacional. A autora traz também motivos listados para a ocorrência do êxodo rural: a modernização do campo, o aumento da concentração fundiária e a expansão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores do campo.

No segundo módulo, o primeiro subtítulo apresentado e denominado como: A urbanização e a formação das metrópoles, inicia a abordagem do processo de formação das metrópoles e grandes centros urbanos. A autora expõe a aceleração da urbanização que ocorreu nas décadas seguintes. Ainda no mesmo módulo, é apresentado o que significa ser uma grande metrópole e como vem sendo desenvolvida a megalópole brasileira, o crescimento das duas maiores metrópoles

brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, que está dando origem a uma megalópole, o que consiste em uma extensa área urbanizada formada pelo encontro de duas ou mais metrópoles.

Os conceitos de formação das metrópoles e megalópoles apresentadas pela autora tratam estes fenômenos como fruto da globalização e da intensificação dos fenômenos gerados pela tecnologia da informação.

No segundo subtítulo, denominado como: O processo de urbanização e os problemas urbanos, a autora apresenta como o rápido processo de urbanização ocorrido no nosso país causou um crescimento desordenado. Com falta de planejamento ao longo prazo, as metrópoles logo apresentaram alguns problemas urbanos, a autora cita em tópicos: elevado número de desempregados, altos índices de violência, o crescimento populacional desordenado e a grande quantidade de moradias precárias, a falta de infraestrutura, lixo urbano e transportes coletivos públicos. Ao final do módulo, é abordado a questão do consumo de água em todo o território nacional, apontando as desigualdades ocorridas na sua distribuição.

A autora traz uma abordagem das consequências do processo de urbanização para o espaço, focalizando nos problemas urbanos gerados, mas não traz uma associação com os problemas locais e não traz associação com a realidade local do aluno, segundo a proposta de Cavalcanti (2010).

Sobre a parte avaliativa, no final de cada módulo há uma atividade para testar os conhecimentos dos alunos, como também se observa a existência de questões de respostas rápidas, entre os textos, em que o aluno consegue responder apenas folheando o módulo, sem necessitar de muito raciocínio.

Nas atividades do primeiro módulo, a autora tenta abordar a maioria do conteúdo que foram trabalhados, com seis questões, sendo quatro discursivas para averiguar o conhecimento do aluno. Já as atividades do final do segundo módulo, elas pertencem a mesma linha do primeiro, apresentando questões discursivas. Há também questões com o uso de gráfico que comparam o crescimento populacional.

Em síntese, o capítulo em si é de fácil compreensão para os alunos. A autora ao dispor de breves resumos dos assuntos que serão abordados, traz um certo aprofundamento, funcionando como um suporte basilar. Os questionamentos feitos nos momentos de reflexão são pertinentes ao conteúdo proposto, nota-se que mesmo com uma abordagem breve, os assuntos são encontrados no cotidiano do aluno.

Segundo o que está no livro didático, ele segue a BNCC de Geografia, referindo-se à unidade temática: Mundo do Trabalho, com o objetivo de conhecimento, desigualdade social e o trabalho, a fim de desenvolver a habilidade, (EF07GE08) estabelecer relações entre os processos de industrialização e inovação tecnológica com as transformações socioeconômicas do território brasileiro.

No que se diz a respeito aos PCN's, o livro didático apresenta interdisciplinaridade entre os conteúdos e segue as orientações, apresentando discussões sobre temas do cotidiano, como qualidade e distribuição de água em todo o território nacional.

Por fim, o livro apresenta uma metodologia mecânica, onde o enfoque é a memorização e reprodução do conteúdo, não acompanhando as novas tendências pedagógicas, mesmo que os conteúdos façam parte do cotidiano do discente, os mesmos não apresentam uma maior imersão na realidade do aluno, se faz necessário

não apenas a busca de recursos técnicos, mas uma instrução mais íntima para a construção de uma visão crítica e analítica da realidade ao seu redor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada permitiu considerar que o livro didático tem sido ainda o mais importante e significativo instrumento para a realização da tarefa de lecionar Geografia. O professor tem que adotar o manual escolar, e juntamente com ele, elaborar metodologias de aplicação de conteúdo que permitam uma instrução mais íntima com a realidade do aluno.

É certo que, a distribuição a nível nacional dos livros faz com que as escolas tenham os mesmos livros e com os mesmos conteúdos. O edital do Livro Didático (LD) tem determinados critérios pré-estabelecidos para o conjunto de todos os livros e de todas as disciplinas. Sem o cumprimento dos critérios, o livro é interceptado em um dos momentos do processo avaliativo. O professor reproduz o que o livro traz através das atividades em sala de aula, quanto mais bem estruturado e com orientações claras, mais eficazes serão a passagem do conteúdo do livro, de modo que os alunos possam reproduzir estes conhecimentos através da sua aprendizagem e por meio de avaliações, dando ênfase aos resultados da educação nas avaliações gerais.

Diante disso, o livro didático acompanha o processo conforme a metodologia aplicada pelo docente, aqueles que possuem uma abordagem progressista irão utilizar o livro didático como parte do processo de ensino, já o profissional que utiliza a metodologia tradicional será dependente da abordagem do livro didático, não conseguindo realizar as aulas sem o material orientador.

Para que possa ocorrer uma aprendizagem mais significativa, é necessário a realização de processos de reflexão que permitam aliar o conhecimento prévio do aluno com o conhecimento produzidos por resultados de pesquisas e avanços do conhecimento nas áreas específicas. O livro didático é muito importante, mas o professor e seu conhecimento são maiores ainda. Portanto, não poderia ocorrer submissão se o propósito for a construção real de uma formação de cidadania plena e efetiva, onde cada um é sujeito da sua própria vida.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História, Geografia**. Secretaria de Educação Fundamental. Vol. 02. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro052.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Geografia**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/geografia.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_verseofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_site.pdf). Acesso em: 15 set. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **PCN+: Ensino Médio – Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>. Acesso em: 11 set. 2020.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: [http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Espaco\\_urbano.pdf](http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Espaco_urbano.pdf). Acesso em: 10 set. 2020.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas**. ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7167-3-3-geografia-realidade-escolar-lana-souza/file>. Acesso em: 15 set. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

FREITAS, Eduardo. **O ensino da geografia no Brasil ao longo da história**. BRASIL ESCOLA. 2020. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/orientacoes/o-ensino-geografia-no-brasil-ao-longo-historia.htm>. Acesso em: 20 ago. 2020.

GARCIA, Valquíria Pires. **Convergências: Geografia**. 7º Ano. São Paulo: SM, 2016.

OLIVEIRA, João Paulo Teixeira de. **A eficiência e/ou ineficiência do livro didático no processo de ensino-aprendizagem**. CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 4, 2014. Anais... Porto: Anpae, 2014.

SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Globalização: Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEEP. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica: Geografia**. Paraná, 2008. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce\\_geo.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_geo.pdf).

Acesso em: 20 set. 2020.

SEDF. Secretaria de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento do Distrito Federal: Ensino Fundamental Anos Iniciais – Anos Finais**. Governo do Distrito Federal. 2ª ed. Brasília, 2018. Disponível em: [http://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Curri%CC%81culo-em-Movimento-Ens-fundamental\\_19dez18.pdf](http://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Curri%CC%81culo-em-Movimento-Ens-fundamental_19dez18.pdf). Acesso em: 05 out. 2020.